

SANTIAGO, CHILE

AB-2096  
CII/AB-748  
19 março 2001  
Original: português

DISCURSO DO GOVERNADOR PELO BRASIL  
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

*Martus Tavares*

1. Desejo antes de tudo expressar a honra que tenho em representar o Brasil, nesta bela cidade de Santiago do Chile, na Reunião Anual das Assembléias do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos.
2. Retorno hoje a esta tribuna, para ressaltar os resultados alcançados pelo Brasil no último ano.
3. Conseguimos superar a crise e reconquistamos a confiança dos mercados. Demos início a uma retomada sustentada do crescimento econômico.
4. De fato, a recuperação do crescimento em um ambiente de estabilidade foi a marca do ano 2000 na economia brasileira, que registrou um crescimento de 4,2%, enquanto a inflação ficou rigorosamente dentro da meta fixada, de 6%. Essa retomada do crescimento da economia se fez sob a liderança do setor industrial, que cresceu 5,5% em 2000.
5. A bem-sucedida condução da política econômica brasileira tem-se apoiado em um tripé: austeridade fiscal, política monetária orientada por metas de inflação e regime de flutuação cambial.
6. A política fiscal está voltada para obtenção de superávits primários compatíveis com a sustentabilidade da relação dívida/PIB.
7. A política monetária tem tido um papel fundamental no desempenho positivo da economia, através da consolidação do regime de metas de inflação.

8. O resultado dessa bem-sucedida estratégia foi a sustentabilidade do quadro econômico num ambiente de crescimento sem pressões inflacionárias e cambiais.
9. O programa de estabilização fiscal, implementado a partir de 1998, representou um marco no processo de mudança do regime fiscal brasileiro. Poucos países no mundo operaram uma transformação tão rápida e tão bem-sucedida na condução da política fiscal.
10. Com o apoio do Congresso Nacional, temos sido capazes de avançar nas reformas estruturais. Entre estes avanços vale destacar o mais notável: a aprovação, no ano passado, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um código de conduta para os administradores públicos, dos três Poderes das três esferas do governo, estabelecendo um conjunto de princípios, normas e limites a serem observados.
11. É importante igualmente destacar que a Lei consagra a transparência da gestão como mecanismo de controle social.
12. Está claro que a estabilidade e a disciplina fiscal são fundamentais para garantir a sustentabilidade do crescimento. Mas, além disso, é necessário uma estratégia para assegurar o desenvolvimento sustentado. No Brasil, essa estratégia está apoiada na articulação de uma parceria com o setor privado.
13. Necessitamos expandir e modernizar a infra-estrutura de transportes, de energia e de telecomunicações e investir mais na área social. Este é um desafio de proporções gigantescas que só será vencido se somarmos o investimento público ao privado, financiados pelas poupanças interna e externa.
14. Tanto na recuperação, como na ampliação da infra-estrutura econômica, as oportunidades se multiplicam. O Avança Brasil, o Plano Plurianual para o período 2000-2003, estima que seus programas de infra-estrutura econômica demandarão recursos da ordem de 108 bilhões de dólares.
15. Estamos buscando parceiros externos para esses empreendimentos. A propósito, chamo a atenção para os recordes na captação de investimentos estrangeiros que o País vem alcançando nos últimos anos. O fluxo de investimento estrangeiro direto manteve-se em torno de 30 bilhões de dólares a partir de 1998, levando o Brasil à dianteira na captação de investimentos entre os países emergentes.
16. Adicionalmente, menciono um fato recente que mede o grau de esforços do Governo brasileiro na construção de um ambiente econômico de crescimento com estabilidade e propício aos capitais estrangeiros: uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria internacional "A. T. Kearney" revelou que o Brasil ocupa hoje a terceira posição entre os países mais atraentes para o investimento estrangeiro, depois dos Estados Unidos e da China.

17. Feitas estas considerações sobre a conjuntura interna brasileira, desejo recordar que o Brasil não está só neste caminho de progressos no nosso Hemisfério.
18. Com esse espírito, o Governo brasileiro tomou a iniciativa de realizar a Cúpula Sul-Americana de Brasília em meados do ano passado. Os resultados concretos daquele encontro constituem o compromisso dos Estados Membros e Associados do Mercosul com a perspectiva de uma América do Sul coesa e integrada, com a clara percepção de que a integração é fator de desenvolvimento econômico e prosperidade social.
19. Entendo que a ampliação da integração econômica pressupõe o fortalecimento da integração física entre os países.
20. Os maiores blocos econômicos do mundo cresceram e se consolidaram na esteira de uma infra-estrutura moderna e integrada, como são os casos da União Européia, NAFTA e Sudeste Asiático.
21. O processo de integração física da América do Sul tem dado passos importantes. Estamos avançando na identificação e na realização de eixos de desenvolvimento e projetos-chave de integração física.
22. Não obstante os avanços alcançados, torna-se imperativo dar cumprimento aos compromissos assumidos por nossos Chefes de Governo na reunião de Brasília.
23. Não temos tempo a perder.
24. Temos diante de nós uma tarefa que requer medidas efetivas para aproveitar as potencialidades que cada um de nossos países oferece.
25. O BID – que ao longo das últimas quatro décadas tem contribuído com todos os esforços regionais de integração - recebeu dos Chefes de Governo da América do Sul o mandato de liderar a elaboração do estudo que fornecerá subsídios importantes para esse esforço de planejamento.
26. Por isso, reitero aqui a prioridade que devemos atribuir ao esforço de levar adiante essa empreitada. Nosso objetivo é a construção de um projeto global que permita dotar a América do Sul de uma infra-estrutura moderna e eficiente, que viabilizará a atração de novos investimentos para a região.
27. A América Latina vem implementando, a partir da última década, extenso programa de reformas incluindo, entre outros, temas relativos ao papel do Estado.
28. Essas reformas têm contribuído, de um lado, para mudar o panorama econômico-social da região, e, de outro, têm levado a substanciais modificações nas demandas de intervenção dos órgãos multilaterais de desenvolvimento. Em particular, restrições de caráter fiscal têm limitado a procura pelos tradicionais empréstimos de investimentos.

29. Paralelamente, as recentes crises financeiras internacionais têm mostrado que as economias da região ainda se ressentem de um significativo grau de vulnerabilidade externa, bem como a necessidade de contarmos com mecanismos de prevenção e administração de situações de emergência.
30. Por tudo isso, fica patente a necessidade de uma nova matriz de financiamento que leve em consideração o enorme esforço de ajuste fiscal por que passam os países da região. É necessário que sejam concebidos novos produtos e instrumentos de características anticíclicas, voltados particularmente para a prevenção de crises, a melhoria da qualidade do gasto público e a criação e fortalecimento de redes de proteção social.
31. Trata-se portanto, de um ajuste no perfil do Banco para ampliar sua contribuição diante dos novos desafios que se colocam para a região. Nesse contexto, é fundamental a flexibilização do limite de 15% do total das operações de crédito fixado para empréstimos de apoio às reformas de política, em virtude de determinação tomada quando da oitava reposição de capital.
32. Por outro lado, a expansão dos mecanismos de empréstimo ao setor privado é requisito básico ao desenvolvimento regional e à própria continuidade e consolidação dos processos de privatização em curso nos diferentes países. Nesse sentido, o Governo brasileiro apóia com entusiasmo as conclusões do Grupo Externo de Revisão, particularmente a recomendação da abolição do limite de 5% do total de empréstimos do BID imposto às operações relativas ao setor privado, desde que reforçada a administração do risco dessa carteira de empréstimos.
33. Por fim, manifesto a opinião de que deve ser rejeitada a hipótese de que países membros possam ser graduados de forma involuntária pois, na prática, impediria o Banco de continuar a desempenhar o papel de importante instrumento nos processos de desenvolvimento da região.
34. Em 2002, o Brasil terá o privilégio de sediar a próxima Reunião Anual das Assembléias do BID e da Corporação. Será um prazer receber todos os Senhores e faremos o melhor possível para que possam desfrutar da hospitalidade dos brasileiros.
35. O encontro ocorrerá em Fortaleza, cidade localizada no Estado do Ceará, Nordeste brasileiro, região onde o BID tem desempenhado um importante papel de propulsor do desenvolvimento econômico e social. O Governo brasileiro tudo fará para que a Reunião seja coroada de êxito.